

**GENTE LIVRE VAI AO PARAÍSO?
CONSIDERAÇÕES SOBRE AS VULNERABILIDADES TURÍSTICAS**

***Free people go to paradise?
Considerations on tourist vulnerabilities***

***¿La gente libre va al paraíso?
Consideraciones sobre vulnerabilidades turísticas***

Vanda Aparecida da Silva
Doutora em Ciências Sociais, Docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
E-mail: vandasilva@ufscar.br

Áltera, João Pessoa, Número 17, 2024, e01713, p. 1-24.

ISSN 2447-9837



RESUMO:

Este ensaio discute algumas linhas de análise que convergem para o diálogo entre a antropologia e o turismo. A intenção é pensar sobre o conceito de vulnerabilidade como tema transversal nas distintas formas de deslocamento pelo planeta, sobretudo as turísticas. A partir de algumas experiências de mobilidade, com propósito de trabalho, turismo e suas combinações, proponho reflexões acerca das vulnerabilidades turísticas, tecidas com base em algumas pesquisas e repertórios analíticos. Por fim, enfatizo a necessidade de considerar as dimensões simbólicas que perpassam as mobilidades espaciais, evidenciando discriminações e desigualdades sociais que estão na gênese da concepção de vulnerabilidade e que se fazem igualmente presentes no fenômeno do turismo.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidades. Antropologia. Turismo. Mobilidades.

ABSTRACT:

This essay discusses some lines of analysis that converge in the dialog between anthropology and tourism. The intention is to consider the concept of vulnerability as a cross-cutting theme in the different forms of displacement around the planet, especially tourism. Based on some mobility experiences for work purposes, tourism, and their combinations, I propose reflections on tourist vulnerabilities based on some research and analytical repertoires. Finally, I emphasize the need to consider the symbolic dimensions that permeate spatial mobility, highlighting discrimination and social inequalities that are at the root of the concept of vulnerability and equally present in the phenomenon of tourism.

KEYWORDS: Vulnerabilities. Anthropology. Tourism. Mobilities.

RESUMEN:

Este ensayo aborda algunas líneas de análisis que convergen en el diálogo entre antropología y turismo. La intención es pensar el concepto de vulnerabilidad como un tema transversal en las diferentes formas de viajar por el planeta, especialmente el turismo. A partir de algunas experiencias de movilidad por motivos de trabajo, turismo y sus combinaciones, propongo reflexiones sobre las vulnerabilidades turísticas, basadas en algunas investigaciones y repertorios analíticos. Finalmente, enfatizo la necesidad de considerar las dimensiones simbólicas que permean la movilidad espacial, destacando la discriminación y las desigualdades sociales que están en la raíz del concepto de vulnerabilidad y que están igualmente presentes en el fenómeno del turismo.

PALABRAS CLAVE: Vulnerabilidades. Antropología. Turismo. Movilidades.



INTRODUÇÃO

Neste ensaio, traço algumas linhas que convergem para o diálogo entre a antropologia e o turismo, considerando o conceito de *vulnerabilidade* como tema que atravessa as distintas formas de deslocamentos pelo planeta (Carmo; Simões, 2009), sobretudo as turísticas. O turismo se constitui como uma modalidade de deslocamento realizado por um tipo de viajante, a/o turista, que, conforme Banducci Jr. e Barreto (2001, p. 7), guarda determinadas características que podem ser representadas por critérios como o “objetivo da viagem, o tempo de permanência fora de casa e o estado de espírito”. É também um fenômeno social que, além de corresponder diretamente ao mundo contemporâneo por meio das mais distintas demandas do consumo global (Banducci Jr.; Barreto, 2001, p. 8), também implica o movimento de contingentes significativos que estarão por determinado tempo num lugar distante de suas moradas, impactando das mais variadas formas a sociedade que os recebe.

É importante sublinhar que, para alguns, o turismo ou mesmo o estudo do turismo talvez ainda confronte os cânones clássicos científicos, uma vez que a viagem, na sua manifestação moderna através do turismo, pode se dar como uma atividade passível de representações acentuadas pela contradição e pela ambivalência, bem como por abordagens com marcas de depreciação, alienação e baixa autenticidade (Banducci Jr., 2001). Entretanto, pensar a figura do turista como única e imutável poderia ser um reducionismo. Isso porque, na sua condição de fenômeno social, o turismo assume múltiplas formas. Condicionado pelas mais distintas supressões de tempo e de espaço, dadas as transformações originadas pela modernização das tecnologias e dos transportes, o turismo não mais se restringe ao imaginário da “poética da viagem” (Onfrey, 2009, p. 26-34).

Assim, a figura do turista deixa de existir, dando espaço a experiências de deslocamento, memórias e experimentações de turismo (Banducci Jr., 2001). Viajar tornou-se não apenas um acontecimento da humanidade civilizada e com alguma fonte de renda, mas também uma forma de vivenciar vulnerabilidades.

As experiências de mobilidade, com propósito de trabalho, turismo ou suas combinações, alinhavam o deslocar de pessoas, coisas e ideias e constituem a espinha dorsal das reflexões neste ensaio. Para essa abordagem, trato as questões relacionadas às vulnerabilidades sociais como partícipes de um processo complexo que implica o reconhecimento de dois pontos: 1) o histórico de vulnerabilização de povos, invisibilidade e não reconhecimento dos sujeitos enquanto portadores de direitos (Porto, 2011); 2) as relações de poder e os conflitos advindos de disputas por/ nos territórios. Isso significa que minha intenção é colocar em relevo que o enqua-



dramamento *a priori* de determinadas populações como vulneráveis pode ser também uma maneira de condicionamento, aprisionando-as nesse processo. Não obstante, como demonstro, é possível que populações tidas como vulneráveis transformem essa condição ao assumirem um papel de protagonismo nas suas coletividades.

No que se refere ao desenvolvimento do turismo, as experiências de mobilidade podem ser tomadas ora como positivas, em termos de plano econômico, ora como negativas, dadas as dimensões socioculturais implicadas. Isso se evidencia especialmente em países considerados em desenvolvimento, como o Brasil, nos quais o setor turístico, na maioria das vezes, não se mostra como estratégia eficaz de progresso (Maldonado, 2009; Urry, 1999). Reiterando o questionamento de John Urry (1999, p. 93), é fundamental para a discussão que nos perguntemos: se ainda não superamos as assimetrias de gênero e as situações de subalternidade vividas por uma parcela significativa da população trabalhadora, sobretudo por mulheres, nas ofertas dos mais variados serviços para consumidores do turismo, estamos falando de “desenvolvimento para quem?”

A VULNERABILIDADE A PARTIR DE DUAS EXPERIÊNCIAS DE POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE E CULTURA LOCAIS

No decorrer deste estudo apresento alguns exemplos que a meu ver assinalam as tensões em zonas de ambiguidade contidas na ideia de vulnerabilidade, as quais podem ampliar nosso olhar para dinâmicas internas de valorização da identidade e da cultura locais a partir de vivências de produtoras(es) de determinadas regiões.

Entre essas vivências, destaco as das mulheres moradoras do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, que se organizam para divulgar e comercializar suas artes e produtos alimentícios, e as ações de entidades e organizações não governamentais (ONGs) em defesa da integridade das mulheres e do respeito para com elas (nos contextos estrangeiro ou nacional), notadamente para com aquelas que viajam sozinhas, casos que contribuem para a compreensão dos processos de cidadania e das manifestações e representações de autoridade numa “situação social” (Silva, V., 2009).

Dimensões simbólicas como essas podem colocar a antropologia em estreito contato com o turismo, observando a movimentação de pessoas de um lugar para o outro e, conseqüentemente, apontando o interesse pela compreensão dos encontros entre viajante – que pode, por vezes, ser a(o) antropóloga(o) –, turista e população local (a sociedade receptora). A partir desses encontros, algumas questões podem ser colocadas, posto que a figura da(o) antropóloga(o) junto às populações que estuda pode ser confundida, inicialmente, com a de um turista, o que, por sua vez, poderá fazer com



que seja percebida por meio das lentes da representação que têm de determinada “ocupação, sexualidade, gênero, país/nacionalidade, etnicidade etc.” (Graburn, 2009, p. 15).

Em contrapartida, esse imbróglio possibilita observar que por vezes antropólogos(as) iniciam seus campos de pesquisa a partir do gosto pelo movimento, pela busca do encontro com a descoberta, pelo desejo da viagem alimentado numa biblioteca (Onfrey, 2009, p. 26). Foi esse desejo que me levou à travessia do oceano para conhecer a realidade de uma aldeia alentejana no sul de Portugal, de modo que estabeleci morada em Lisboa no período de 2006 a 2012 para a realização de um pós-doutorado.¹

Portanto, algumas observações que ilustram este texto são também experiências vividas ou presenciadas na condição de pesquisadora. Daquele tempo em contato com a dimensão rural profunda do país, destaco os períodos em que havia poucos investimentos para visitação turística de aldeias, além de um calendário limitado de festas que, aos poucos, foi ganhando fôlego com os incentivos do Programa de Recuperação de Aldeias Históricas de Portugal, o qual contou com ampla divulgação e investimentos turísticos como forma de implementar o desenvolvimento rural.

De acordo com o antropólogo português Luís Silva (2013, p. 296-297), esse programa “[...] foi concebido e desenvolvido por vários organismos da administração pública – Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria de Estado do Turismo, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e antiga Comissão de Coordenação da Região Centro – atual Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) –, que teve o papel de coordenação”. A implantação do programa se deu entre 1994 e 2006. O programa, por um lado, não teve sucesso em algumas regiões do interior português, como no caso da aldeia que visitei e estudei, onde a figura do turista era tida como intrusa; por outro, teve impacto sociocultural positivo entre residentes e turistas, como observado no norte do país por Luís Silva (2013).

Já se passaram alguns anos desde que deixei a referida aldeia, mas as reverberações a respeito daquela pesquisa de campo ainda se fazem presentes. Claude Lévi-Strauss, por exemplo, levou quinze anos para decidir relatar suas expedições no célebre *Tristes Trópicos* (2008, p. 11), em que enfatiza seu “ódio pelas viagens e seus exploradores”, além de deixar bem claro que “não há lugar para a aventura na profissão de etnógrafo”. Vale ressaltar que a viagem para o trabalho de pesquisa de campo muitas vezes demanda longos períodos para a observação participante, de modo que vai sendo construída em várias camadas e não se inicia necessariamente com a chegada ao *locus* de estudo.

Como observa o antropólogo português João de Pina-Cabral (2007, p. 192), o deslocamento da(o) pesquisadora(or) é um “gesto tanto físico como intelectual” que

¹ Pesquisa financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).



a(o) leva a “descontextualizar-se socialmente para se recontextualizar no terreno”. O deslocamento para um espaço totalmente novo ou familiar poderá ser longo e difícil ou rápido e fácil, o que não altera o que denomina de “gesto etnográfico” (Pina-Cabral, 2007, p. 192) e constitui uma das grandes lições que podemos aprender com a história da antropologia.

Sendo a viagem, ou o deslocamento, uma experiência comum para antropólogas(os) e turismólogas(os), o olhar da antropologia sobre o turismo pode contribuir para a diminuição de preconceitos, possibilitando perspectivas que vão além da separação entre teoria e prática. No entanto, para que se possa consolidar esse diálogo, será preciso alimentar a construção do conhecimento da antropologia sobre os fenômenos turísticos, conhecimento que vem sendo firmado pelas tentativas de superação, por parte das ciências sociais, da ambivalência a respeito desse campo de estudos, posto que seria de caráter alienante e inautêntico (Banducci Jr., 2001). Essa ultrapassagem ganha especial relevância se consideramos as práticas turísticas e os diferentes tipos de turistas, o que ressalta a necessidade de incluir as questões socioeconômicas e culturais nas reflexões sobre as viagens como terrenos mais ou menos propícios para experiências de vulnerabilidade.

As discriminações e desigualdades sociais estão na gênese do conceito de vulnerabilidade, cada vez mais presente no fenômeno do turismo. Por conta disso, ao setor turístico cabe a urgência de considerar a diversidade dos contextos e das experiências, não para fazer generalizações (Piscitelli, 2006), mas, sim, para reconhecer que esse mercado de trabalho é constituído de sujeitos que carregam em si a prerrogativa de portadores de direitos. Tudo isso poderá contribuir para o debate num cenário mundial cada vez mais complexo, colocando em relevo a figura da(o) turista em busca de situações distintas daquelas que os feitos de massa proporcionam, preferindo vivências únicas que a(o) transformem e vinculem ao local e às pessoas, de modo que não esteja protegida(o) pelos agentes de turismo de toda e qualquer maela da sociedade com a qual possa entrar em contato. (Urry, 1999).

VULNERABILIDADE, TEMA TRANSVERSAL PARA O TURISMO

Refletir sobre as questões de vulnerabilidade considerando-as partícipes de um processo complexo implica reconhecer que, em sua essência, a vulnerabilidade ocorre tanto no âmbito “individual-existencial quanto no coletivo-social”, uma vez que não está diretamente ligada a grupos ou pessoas, mas a determinadas circunstâncias ou condições que poderão ser modificadas ou diminuídas. A ideia de



vulnerabilidade social pressupõe, inicialmente, que alguns grupos podem estar mais expostos aos riscos (econômicos, culturais ou sociais) do que outros, propiciando, portanto, distintos embates para a sociedade contemporânea, dado o contexto de intensiva industrialização e globalização (Monteiro, 2011, p. 36-38). Trata-se de um momento histórico em que

[...] a análise da complexidade emergente ou reflexiva demanda múltiplas combinações de abordagens qualitativas e participativas, além das quantitativas, que possam incorporar os aspectos mais relevantes para a compreensão de um problema, bem como o atendimento das necessidades legítimas dos seres humanos nele envolvidos. (Porto, 2011, p. 38)

O conceito de vulnerabilidade vem sendo abraçado por distintas áreas do conhecimento, englobando temas como “[...] desenvolvimento e sustentabilidade, pobreza e segurança alimentar, desastres naturais e tecnológicos, mudanças climáticas globais e problemas de saúde pública, dentre outros” (Porto, 2011, p. 32). Como um conceito polissêmico, vincula-se “[...] à aplicação de abordagens sistêmicas, dada a complexidade destes temas que envolvem simultaneamente distintas perspectivas, dinâmicas ou subsistemas provenientes de diferentes campos acadêmicos, demandando, portanto, análises inter ou transdisciplinares” (Porto, 2011, p. 32).

Seguindo as pegadas de autores brasileiros como Acselrad e Mello (2009) e Porto (2011), que têm trabalhado a natureza social e política desse conceito, trazendo contribuições para a discussão teórica sobre os conflitos ambientais e os movimentos por justiça ambiental, tomo como bússola a reflexão acerca das articulações que fazem com questões de meio ambiente, saúde e direitos humanos para se aprofundarem em debates sobre as limitações e os paradoxos do conceito, bem como suas potencialidades. No âmbito dessas discussões, destaco:

a) a relação dialética entre os paradoxos do conceito e o contexto histórico dos conflitos ambientais que se encontram por detrás das vulnerabilidades sociais e ambientais em territórios específicos; b) a importância de as populações ditas vulneráveis assumirem o seu papel de sujeitos coletivos ativos de transformação da sua própria condição de vulnerabilizados. (Porto, 2011, p. 31-32)

Assim, no que diz respeito aos usos do referido conceito, a ideia de que as pessoas e os grupos tidos como vulneráveis podem vir a ser sujeitos coletivos ativos alimenta a percepção de que o seu enquadramento *a priori* como vulneráveis pode ser uma maneira de condicioná-los, aprisionando-os a esse processo de invisibilização e estigmatização. Tal condicionamento, a exemplo do caso brasileiro, muitas vezes é fruto de um processo histórico.

Nessa direção, o questionamento “gente livre vai ao paraíso?” concerne às au-



sências de um grande contingente populacional que não é considerado portador do direito a viagens de lazer, ou seja, as(os) trabalhadoras(es) negras(os) ou de camadas populares. O negócio turístico visando o lucro tem como meta atender sobretudo quem pode pagar para obter os serviços considerados “de privilégio”, quiçá “de luxo”. Por isso, destaco duas obras inspiradoras na composição do título do artigo: o livro de Alba Zaluar (1994), *Cidadãos não vão ao paraíso: juventude e política social*, em que a antropóloga trata de questões em torno da cidadania e dos direitos sociais na década de 1980; e a obra de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), *Homens livres na ordem escravocrata*, na qual a pesquisadora está preocupada com o convívio de práticas atrasadas e modernas na nascente República Velha, no século XIX, tomando como base de análise o ciclo cafeeiro entre as regiões dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Desse modo, com a indagação que trago logo no título deste texto, destaco a noção de que, para os considerados subalternos, a ideia de “local aprazível” – um dos sentidos figurados de *paraíso* que tem como traço semântico a ideia de realização, prazer e descanso, sem remeter, entretanto, a sua oposição mais imediata, o *inferno*, já que nem sempre as questões se organizam a partir de dicotomias – está numa condição de constante suspensão ou negação. Como em geral são as nuances que se sobressaem, recorro à história para recuperar elementos importantes que podem iluminar algumas ideias acerca dessa persistência das (e nas) desigualdades, especialmente no caso brasileiro, e, num nível mais escalar, chamar atenção para a esfera global na hierarquização/terceirização de mundos (Guatarri, 2009), uma vez que trago aqui dados empíricos de Portugal.

Para analisar o contexto brasileiro de deslocamentos internos e externos de pessoas, faço um recuo na nossa história. Segundo José Murilo de Carvalho (1998, p. 38), “os valores da escravidão invadem tudo, todas as classes sociais”, fazendo com que emergisse do longo período de escravatura no país um tipo de “mentalidade do senhor e do escravo”. A manutenção de mulheres e homens livres como reféns de uma sociedade que não se preparou para incorporá-las(os) no sistema produtivo fora da lógica de sujeição e “dominação pessoal” do proprietário de terra confirma a perspectiva de permanência da mentalidade “do senhor e do escravo” em cada cidadã(o).

Nesse sentido, encontro nas análises de Carvalho Franco (1997) suporte para lançar algumas notas em torno de permanências da ordem das desigualdades e assimetrias, especialmente quando se observa que em países como o nosso a mão de obra que está a serviço nos variados setores turísticos (hotelaria, restaurantes, agências de viagem etc.) é majoritariamente feminina, pouco qualificada e com baixa remuneração. Segundo o levantamento de Coelho e Sakowski feito para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea):

Proporcionalmente, há mais mulheres trabalhando no turismo (45%) que na economia (38%), a qual tem 62% de trabalhadores homens. No núcleo do turismo, por sua vez, a maioria dos trabalhadores é mulher (54%). Isto se deve às ACTs alojamento e agência de viagem – cuja mão de obra é predominantemente feminina –, que representam, juntas, 82% dos empregos existentes no núcleo do turismo – 66% e 16%, respectivamente. (Coelho; Sakowski, 1990, p. 16)

Dados mais atualizados extraídos do estudo de Gabrielli (2021, p. 1.053), que tomou por base o Ipea (2019) e por fonte a Relação Anual de Informações Sociais [RAIS] do ano de 2018, chamam atenção e ainda corroboram as assimetrias e desigualdades. Do levantamento feito pelo Ipea conjuntamente com o MTur: a) “em dezembro de 2018, havia no mercado turístico 2.133.822 pessoas trabalhadoras no Brasil, sendo 1.038.054 no mercado formal e 1.095.768 no mercado informal” (Ipea, 2019); b) “em respeito ao gênero da mão de obra informal, levantado em 2015, 486.902 eram do gênero masculino (55,7%) e 386.637 do gênero feminino (44,3%)”.

Desse levantamento, além da constatação de que no mercado informal do turismo há um predomínio de pessoas do gênero masculino, observa-se algo semelhante no mercado formal de pessoas empregadas no turismo, pois do “total de 1.038.277 trabalhadores, em 2018, 476.309 (45,9%) pessoas eram do gênero feminino e 561.968 (54,1%) do gênero masculino” (2021, p. 1055). Gabrielli apresenta outro dado contrastante: as mulheres são cerca de 70% das formandas em cursos superiores em Turismo no Brasil. Para a autora, “a presença significativa desse segmento – feminino de nível superior – no mercado informal, pode refletir dificuldades de inserção, por parte das mulheres formadas, no mercado formal, mais estável e valorizado, porém, menos flexível” (p. 1.054).

Todavia, tanto no cenário informal como no formal, observa-se um predomínio da mão de obra feminina, na sua maioria em “atividades relacionadas ao receber e servir, dentro de um conjunto de funções que se aproximam dos padrões domésticos, em áreas como alojamento e alimentação” (Gabrielli, 2021, p. 1053). De toda forma, o que este estudo demonstra é que “a feminização” do mercado profissional do turismo pode estar influenciando processos de desvalorização e pouco reconhecimento dos profissionais da área de modo geral, bem como as baixas remunerações. Tudo isso afeta homens e mulheres com reflexos nas condições de trabalho e nas desigualdades no mercado das profissões (Gabrielli, 2021). É notável também, destaca Urry (1999, p. 94), como em muitos desses serviços podemos encontrar um tipo de atividade servil que reproduz aspectos do período colonial, confundindo a formação com a arte de “bajular” os que demonstram (ou exigem) tal tratamento com base em seu poder aquisitivo ou *status* social.

Isso nos leva à interpretação de que há um tipo de “identificação social verti-



cal”, ao qual alude Roberto DaMatta (1997, p. 190), que se revela por meio de expressões como “você sabe com quem está falando?” e que intitula um dos capítulos do livro no qual o autor reflete sobre o autoritarismo e as situações de rebaixamento de pessoas numa dada situação social. A temática é tão atual que, mesmo quando não se tem conhecimento da expressão, é possível reconhecer no cotidiano as manifestações e tentativas de manutenção das desigualdades que a caracterizam,² especialmente no contexto atual de ascensão de governos conservadores que integram um movimento de extrema direita crescente no mundo.

Os estudos de Alba Zaluar (1994) sobre cidadania e direitos sociais na década de 1980 também se somam à análise de nosso “dilema social”, pois colocam em relevo o acirramento das desigualdades sociais e da falta de educação, ressaltando que, a fim de superar esse dilema, busca-se oferecer qualquer tipo de formação de caráter profissionalizante aos jovens. Essa conjuntura contribui perversamente para que em países em desenvolvimento como o Brasil haja uma mão de obra prestadora de serviços, a qual, no setor turístico, costuma corresponder ao perfil mencionado por Urry (1999): mal preparada e servil. Entretanto, a reflexão se torna mais complexa se, a partir da expressão estudada por DaMatta (1997), questionarmos o tipo de educação que, no extremo oposto, forma pessoas que se julgam passíveis de ter determinados privilégios. Nesses termos, o debate coloca em destaque aspectos da cultura global e nacional e a crise da ideia de modernidade, localizada nas duas últimas décadas do século XX. A globalização e as mudanças tecnológicas destacam-se no âmbito das muitas transformações do século, especialmente por proporcionar a redução do tempo e do espaço, diminuindo distâncias e facilitando o deslocamento de pessoas, seja fisicamente, por meio dos transportes, ou virtualmente, a partir dos meios de comunicação (Macedo, 2010).

A circulação de pessoas, mercadorias, símbolos, ideias e imaginários pode ser vista como uma maneira de acessarmos as mobilidades (Urry, 1999). Assim, há uma intensificação dos tipos de “fluxos culturais globais”, como denomina Appadurai (2004, p. 50) ao falar de *etnopaisagens* (pessoas, turistas, imigrantes, refugiados, exilados) e *mediapaisagens* (tecnologias, capitais, imagens, informações, ideologias), do acirramento de relações de poder e dos recursos, que, se produzem mobilidades, também reproduzem desigualdades. No âmbito do debate que se perpetua a respeito da potencialidade do turismo para reduzir a pobreza (Piscitelli, 2006), reitero algumas indagações: o turismo está a contribuir para o desenvolvimento? Nas relações

2 Em 2020, Roberto DaMatta e Lilia Schwarcz foram convidados a comentar um episódio em que uma pessoa invoca seu *status* social para rebaixar outra: um desembargador, após ser multado por não usar máscara, humilha um guarda de trânsito na cidade de Santos, chamando-o de “analfabeto” (Cf. Suzuki, 2020).



entre homens e mulheres, quais as interferências do turismo?

Como apontado por Piscitelli (2006), se levarmos em conta as desigualdades sociais entre mulheres e homens, ricos e pobres, a discussão, por vezes promovida por entidades governamentais e não governamentais e pela mídia, que aponta o turismo como uma possibilidade para a diminuição das dificuldades socioeconômicas em regiões pobres, não encontra uma resposta fácil, por exemplo, para a vinculação do setor turístico à exploração sexual. As reflexões são complexas, pois o setor engloba muitos aspectos pelos quais perpassa o gênero (Scott, 1994). Nas palavras de Piscitelli (2006, p. 205-206), “[...] as marcas do gênero são aspectos centrais na organização do turismo, na venda de produtos turísticos (o marketing que cria sedutoras imagens dos lugares de destino) e em seu consumo”.

Atrelar a questão de gênero à produção de mobilidades a partir de fluxos culturais globais faz pensar no modo de circulação das imagens e informações acerca dos corpos de mulheres e homens na condição de turistas ou trabalhadoras(es). Observa-se que os estereótipos e preconceitos perpassam especificamente a figura da mulher brasileira, sendo encontrados em discursos veiculados pela mídia, em diferentes formatos, nos encontros e desencontros de culturas, no âmbito nacional ou internacional. Para a antropologia, esse tema se traduz no desafio de romper com os fantasmas do colonialismo, pois, tal como alerta Godelier (1993, p. 7), “nossa profissão está marcada por estes estigmas” devido especialmente ao fato de ser “[...] uma disciplina dedicada ao conhecimento de povos ou grupos que aos olhos de outros povos ou grupos sociais parecem estar atrasados culturalmente e ser menos desenvolvidos econômica e socialmente”.

Entretanto, se por um lado os estereótipos circulam em discursos, adágios populares e imagens trazendo ingredientes que servirão para depreciar alguém ou um coletivo, por outro podem trazer elementos que irão valorizar um grupo ou uma pessoa. O estereótipo, ao mesmo tempo que perpetua preconceitos, funciona como um identificador capaz de demonstrar os aspectos positivos de uma determinada categoria (Gatti, 2013, p. 48), contribuindo para que uma imagem, um sentimento ou um desejo de pertença sejam identificados ou refutados (Silva, V., 2016).

Quando viajamos e vivemos por um determinado tempo em outra localidade e cultura, é possível sermos confrontados com o que um determinado povo ou pessoa pensa ou projeta a respeito de nós, estrangeiros. O pesquisador português José Machado Pais (2010), por exemplo, analisou um movimento social organizado para expulsar prostitutas brasileiras no Norte de Portugal conhecido como “As mães de Bragança”. Recordando alguns dados acerca do que é dito sobre as mulheres brasileiras em Portugal,³ assim como os modos de veiculação da imagem da mulher pela

3 Os dados mencionados já foram discutidos em outras publicações. (Cf. Silva, V., 2009; 2016).



mídia brasileira e portuguesa, sobretudo na televisão, em revistas e na internet, constata-se a reiteração dos estereótipos e estigmas que contribuem para a manutenção de desigualdades e vulnerabilidades em variadas situações (Silva, V., 2016). Portanto, considerar os discursos veiculados em distintos formatos midiáticos, por vezes proporcionando encontros e desencontros de culturas, implica o desafio de abordar a cultura através do simbólico, bem como em sua dinâmica e pluralidade (De Certeau, 2016; Geertz, 1989).

O estimulante é compreender o sentido socialmente construído pelo discurso, posto que “será construído e reconstruído no interior de práticas sociais determinadas” (Maingueneau, 2015, p. 29). Eis um dos nós para os campos disciplinares que lidam com o humano na sociedade contemporânea, especialmente o turismo: tomar como premissa a diversidade e as situações de contato entre visitantes e visitados, seus diferentes universos, contextos históricos, políticos e culturais e sua relação com o tempo e o espaço. (Silva, Y., 2001; Silva, L., 2013).

Trata-se, pois, de refletir acerca de uma experiência de vulnerabilidade que pode ter cor, classe, sexo, idade, gênero, mas sobretudo dar notícia de um dado contexto, uma dada contingência, uma vez que é o “[...] resultado de subjetividades no cerne de relações de poder, no cotidiano das pessoas, ora pendente para um lado ora para outro, com maior ou menor inflexão, flutuando e modificando-se” (Silva, V., 2009, p. 185), tal como constatei observando distintas situações em que mulheres e homens brasileiros viveram sob a imposição de estigmas, estranhamentos e projeções.

AS DISPUTAS POR/NOS TERRITÓRIOS: IMAGENS E CORPOS QUE VIAJAM

A vulnerabilidade também pode se manifestar a partir da figura da mulher que viaja sozinha, seja para assumir morada, mesmo que temporária, num dado país que não o seu, seja para desfrutar de férias, especialmente fora do contexto dos pacotes de turismo. Entrevistando algumas mulheres que viajam sozinhas, Caroline Oliveira de Souza (2021) constatou algumas carências no turismo institucionalizado, que não prevê demandas específicas para mulheres viajantes. Em seu trabalho, Souza (2021) chama atenção para um fato: mulheres viajando sozinhas não é prerrogativa da sociedade atual. Desde o século XIX há registros de mulheres viajantes que nos deixaram seus relatos em diários, correspondências a familiares e breves publicações.

Não obstante, desde o século XVIII as mulheres já eram reféns da vida doméstica, com seus corpos destinados à reprodução e à manutenção da família (Hunt, 2009). O estereótipo da mulher refém do mundo privado encontra-se enraizado nas



sociedades, de modo que, ainda hoje, suas escolhas quanto à vivência de experiências de viagens solitárias implicam a desconstrução de padrões sociais e a afirmação de direitos. Todavia, desconstruir preconceitos enquanto viajante não é necessidade somente feminina, pois há situações em que o contexto histórico impõe discriminações relacionadas, por exemplo, a raça.

Na biografia de Claude Lévi-Strauss (Loyer, 2018) consta a interdição de sua entrada no Brasil por ser judeu nos idos de 1939, tempos em que ainda não se defendiam os direitos de circulação.⁴ Numa democracia, pensar o deslocamento como um processo a que tem direito toda e qualquer cidadã e cidadão exige também a garantia de direitos sociais, como o acesso a uma educação de qualidade, ao trabalho com salário justo, à saúde e a um envelhecimento tranquilo (Silva, V., 2009). Apesar disso, uma vez que se tenha conhecimento desses direitos, como fica a situação de se ver privada(o) de conquistas do mundo ocidental?

Os contextos de deslocamento acabam por evidenciar que algumas pessoas são mais iguais que outras. Há um apriorismo junto às instituições que sinaliza aquilo que será considerado fora do esperado ou desejado. Mulheres, homossexuais, idosas(os) e mulheres negras viajando sozinhas (fora de uma condição de subalternidade), por exemplo, podem suscitar manifestações de racismo ou xenofobia. No entanto, também há outras manipulações que dizem respeito às imagens para representar um povo, um país e uma dada região.

Têm sido frequentes as imagens que recorrem a mulheres que são “contempladas” e, logo em seguida, descartadas. A mulher brasileira bonita, quando atrelada ao país nas capas de revistas e propagandas turísticas, quase sempre aparece com pouca roupa, muita exuberância e um semblante de alegria. Nessa direção, o olhar atento às mobilidades expande-se para os discursos e as representações sociais e visuais, e, portanto, para a mobilidade virtual, imaginária e comunicativa (Moura, 2018).

Entre os tantos exemplos que têm circulado recentemente, destaco um conteúdo divulgado no canal TV5Monde.⁵ Nos intervalos das programações, foi veiculada uma propaganda com anúncio dos “clichês” associados a vários países, na qual o Brasil era retratado por meio de uma imagem de carnaval com zoom nas nádegas de algumas passistas de escola de samba. A imagem ia e voltava, exibindo a seguinte frase no final: “*Quand on s’arrête aux clichés, on ne va jamais très loin*” (“se a gente se limita aos clichês, a gente não vai muito longe”, em tradução livre).⁶ Esse é um caso

4 A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 (resolução 217 A III).

5 Canal disponível nas grades das operadoras Claro TV, Net, Vivo TV, Sky e GVT.

Propaganda disponível em: <http://www.culturepub.fr/videos/guide-du-routard-cliches/> Acesso em: 22 nov. 2022.



de crítica do modo como a imprensa estrangeira se alimenta dos estereótipos criados muitas vezes dentro do próprio país, ressaltando que a manutenção de estigmas e estereótipos é feita através da mídia, que, inclusive, promove poucas manifestações no sentido de impedir que as campanhas de divulgação e promoção de turismo reforcem esse funcionamento.

Não nos afastamos disso quando o ex-Presidente da República, a partir de uma declaração infeliz,⁷ desencadeou campanhas contra a exploração sexual através do turismo no Brasil. Proferida em abril de 2019, essa fala foi nacionalmente repudiada por entidades e muitos governadores de estados brasileiros, tais como Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, Paraíba, Bahia e Espírito Santo. Uma das campanhas de conscientização fez um forte apelo à não negligência da exploração sexual e do tráfico de mulheres no país, afirmando: “O Maranhão está à disposição dos turistas. A mulher brasileira, não.” (Cf. Sudré, 2019). No entanto, apesar de importantes, frases de efeito ainda são pouco eficazes ou perdem sua força diante de manifestações insensíveis às questões de igualdade e direitos feitas por representantes da política nacional.

Desse modo, a reflexão acerca de representações e discursos sobre a imagem da mulher brasileira difundida através da mídia e captada em diferentes momentos, tanto fora como dentro do país, traz elementos importantes para a análise das normatizações de gênero. Mesmo quando as imagens são veiculadas por aparatos da tecnologia da comunicação, o que permitiria remeter a conteúdos da ordem de uma racionalidade do mundo globalizado, o que temos são meros ideais do que se deveria ou não ser em termos de estilos de vida marcados pelo sexo.

Se continuamos a encontrar, nas mídias ou nas falas das pessoas, a naturalização da exaustiva exploração da beleza ou sensualidade das mulheres brasileiras, não surpreende que a comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/ Transgêneros, Queers, Intersexos, Assexuais e mais) também continue sofrendo com a naturalização da violência e do preconceito diante de suas escolhas homoafetivas e de seus corpos. Não é por acaso que viajantes LGBTQIA+ procuram destinos *gay-friendly* para fugir de constrangimentos e humilhações. Porém, ainda há pouco investimento em políticas públicas para o turismo com esse perfil ou estudos que analisem os impactos que o turismo voltado a esse público tem na sociedade (Neves, 2021). O fato é que os homossexuais precisam buscar lugares em que não se sintam acuados ou discriminados, e as viagens podem ser oportunidades para isso, assim como para o público *gay* mais jovem, por exemplo, descobrir-se sexualmente, sobretudo no caso

7 Em sua fala, o ex-presidente Jair Bolsonaro mostrava-se contrário ao que denominou de “turismo gay” no país, e disse: “Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade” (Cf. Sudré, 2019).



dos jovens em processo de *coming-out* (Vincke; Van Heeringen, 2004). Foi o que observei no período em que estive em pesquisa de campo na aldeia alentejana. Ali pude ouvir relatos de jovens que estavam terminando o ensino secundário e tiveram sua primeira relação sexual com alguém do mesmo sexo durante a viagem de formatura.

Tudo isso poderá perpassar relações entre visitantes e visitados, profissionais e agentes do turismo, implicando tensões e conflitos no momento em que se reinserem lógicas de subalternização. Impõe-se, assim, a necessidade de atenção tanto às reivindicações de demarcação da diferença quanto às tentativas de aproximação que lidam com impedimentos, a exemplo dos momentos em que a mobilidade cosmopolita se transforma em imobilidade, como na pandemia de Covid-19⁸ e em outros temores recentes, como a varíola dos macacos.

São muitos os desafios que o projeto da modernidade nos coloca. Como pontua José de Souza Martins (2000, p. 21), essa modernidade que denuncia as desigualdades e os desencontros que lhe são característicos é, “num certo sentido, o reino do cinismo”. Para o sociólogo, nela “[...] o capitalismo se antecipa à crítica radical de suas vítimas mais sofridas. Por isso, a modernidade não pode deixar de conter (e manipular) reconhecíveis evidências dos problemas e das contradições de que ela é expressão”.

Assim, é importante destacar que há uma problemática contemporânea acirrada no turismo que diz respeito às circulações de imagens e representações de pessoas, algo visível em nosso país especialmente a partir da exposição de corpos bronzeados e esculpidos nos anúncios das agências de turismo, insinuando o paraíso tropical.⁹ Em *outdoors*, propagandas e capas de revista de agências de turismo, vários são os ícones para o consumo. Apesar disso, mesmo de maneira tímida, há igualmente iniciativas que buscam romper com tais imagens nas construções turísticas que as difundem, como no exemplo da propaganda no canal TV5Monde, que critica os “clichês” associados a vários países, e em muitos outros casos da sociedade civil organizada.

Nesse sentido, é importante mencionar também que a circulação de imagens e representações sobre a população LGBTQIA+ com frequência desperta as mais variadas manifestações, especialmente na ausência dessas pessoas, indo do preconceito ao insulto e da apologia à violência física. (Mott; Cerqueira, 2001; Myers, 2014). Todavia, observa-se que o aumento de publicações especializadas nos temas dessa população potencializou investimentos para diminuir os preconceitos contra esse público, levando a incentivos quanto ao seu bem-estar social e à melhoria dos serviços

8 No Brasil, a pandemia de Covid-19 teve início em 26 de fevereiro de 2020 com a confirmação do teste de um brasileiro que retornou da Itália para a cidade de São Paulo.

9 Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil* (2000), já falava da relação que tinham os colonizadores com a procura pelo paraíso terreno e o deslumbramento diante da exuberância natural do país.



de empresas para atendê-lo. Isso também se deve ao reconhecimento desse público como potencial consumidor, o que aumenta o interesse das empresas por fornecer um atendimento especializado, oferecendo destinos turísticos que têm segurança e políticas sociais de igualdade voltadas a esse público, que, por sua vez, gera outras demandas de consumo (Silva, A., 2015).

Assim sendo, há demanda por um tipo de atendimento para um público específico (LGBTQIA+) cujas expectativas são particulares, não havendo, contudo, uma sistematização desse atendimento justamente porque não está nas pautas das políticas públicas investir na capacitação profissional para esse segmento.¹⁰ No caso do Brasil, há muita mão de obra precarizada no setor do turismo, com remuneração baixa e horas de trabalho e responsabilidades exaustivas (De Oliveira Silva; Bantim; Maciel Costa, 2020). Isso alimenta o olhar e o sentimento de subalternidade acerca do país, pois, quando se analisa a nossa relação com outras nações, nota-se a tendência a valorizar os países cosmopolitas e ricos frente à “nossa negação da possibilidade de igualitarismo” (Piscitelli; Assis; Olivar, 2011, p. 16).

Vários estudos demonstram que, mesmo quando o Brasil estava com uma economia ascendente, era possível observar narrativas que qualificavam o país como incapaz de produzir “culturas superiores”, ou seja, narrativas que insistiam na subalternização nacional no âmbito global. Ao discutir essa questão, Mitchell (2011) afirma que a relativa cristalização da imagem subalterna pode estar diretamente ligada às desigualdades sociais persistentes no país.

De toda forma, muitos “planos de desenvolvimento” foram e são impulsionados para movimentar a economia dos chamados países de terceiro mundo. A América Latina, como um dos continentes formados por países que necessitam desses planos, teve a pressão mundial do mercado do turismo, a qual contribuiu para que houvesse maior investimento no turismo cultural e de natureza (Maldonado, 2009). Nesse cenário, são as comunidades rurais e indígenas dos países latino-americanos as que mais sofrem com tais pressões para empreender algum tipo de negócio turístico. Segundo Maldonado (2009, p. 28),

[...] os “planos de desenvolvimento” impulsionados por vários governos, colonizadores de “novas terras”, grandes consórcios de extração de recursos florestais, mineradores e petroleiros, empresas de exploração agrícola e pecuária têm invadido territórios dos povos nativos. Desta forma, tem-se violado o direito de propriedade, assim como os direitos de consulta prévia e bem informada dos povos indígenas, segundo a Convenção nº 169 da OIT, ratificada pela maioria dos países da região.

10 Isso é reconhecido pela própria Comissão do Turismo em texto de 2021 sobre a necessidade de preparo do Brasil para receber turistas LGBTQIA+ (Cf. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctur/noticias/viajantes-lgbtqia-gastam-quatro-vezes-mais-brasil-precisa-se-preparar-para-recebe-los>, acesso em 23 ago. 2024).

Esses problemas fazem com que muitas comunidades acabem por perceber o turismo como fonte de muitos males, pois, ao dependerem de “intervenções externas”, temem ainda “a perda de sua identidade cultural, [o] desmembramento de territórios, [o] enfraquecimento de suas instituições e [a] perda da coesão social”. (Maldonado, 2009, p. 27-28). Ou seja, para muitas comunidades que valorizam a continuidade de determinadas tradições transmitidas de geração em geração, o turismo pode representar uma ameaça, sobretudo aos mais jovens, que poderão ser desmotivados a dar continuidade às práticas tradicionais. Longe de consensos, o turismo não é visto de modo harmonioso no interior das comunidades.

Com o intuito de amenizar esses conflitos, há no Brasil o incentivo cada vez maior às iniciativas junto a comunidades rurais. O uso do termo *comunidade rural* que faço aqui tem inspiração prática e empírica no trabalho de Schneider (2006, p. 266-67), que o associa “[...] a grupos sociais de baixa densidade e distribuídos de modo disperso no espaço, em geral pequenos povoados ou aglomerações humanas, políticas e administrativas organizados na forma de distritos ou pequenos municípios”. Nessa direção, apresento e discuto a seguir alguns dados de uma pesquisa realizada por José Carlos Pereira (2013) junto a mulheres de alguns municípios do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

MULHERES QUE FICAM E SONHAM EM VER O MAR

A pesquisa de Pereira (2013) situa-se na região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, mais especificamente nos municípios Chapada do Norte, Francisco Badaró, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes, Araçuaí, Berilo, Itaobim, Itinga e Virgem da Lapa. Essa região padece de problemas sociais advindos da precária infraestrutura socioeconômica e dos baixos índices de escolaridade, o que faz com que seus moradores se vejam em situações trabalhistas muito desiguais, sofrendo com a falta de empregos e de estradas adequadas para fazer circular o que produzem. Dessa precariedade decorrem crescentes demandas por mínimos vitais sociais (acesso à terra, habitação, alimentação, trabalho, educação, transporte e lazer), expressas em diferentes formas de resistência, como a organização local de grupos de mulheres e migrações. Conforme observa o pesquisador, “os grupos e associações têm provocado rupturas com estigmas sociais e formas de subordinação nas relações de gênero” (Pereira, 2013, p. 149), desencadeando transformações internas que abrangem tanto o micro como o macro, impactando não apenas as famílias, mas também as relações sociais mais amplas.



As mulheres que não se inserem nos processos migratórios em busca de trabalho e melhores condições de vida e de renda se organizam em seus municípios e em redes regionais para poder enfrentar as dificuldades. A pesquisa exemplifica, assim, uma existência coletiva de mulheres, uma experiência feminina de “autogestão do negócio turístico” que, antes de tudo, visa também melhorar as condições de vida locais e minimizar a condição de pobreza. São mulheres (mães, filhas e esposas de trabalhadores migrantes) que, com apoio da Pastoral dos Migrantes e da Comissão Pastoral da Terra (CPT),

[...] [se] organizam em torno de grupos comunitários e associações para buscar alternativas de trabalho, renda, formação sociopolítica, expressão cultural, ou simplesmente se reunirem para conversar sobre os problemas que elas enfrentam em seu cotidiano, como a violência contra a mulher, dificuldade de acesso a alimentos, à saúde, poucas oportunidades de inserção no mercado de trabalho local, política e migração forçada. (Pereira, 2013, p. 150)

Denominadas localmente de “padeiras”, “biscoiteiras”, “doceiras”, “oleiras”, “horteiras”, “costureiras”, “artesãs”, “farmaceiras”, “massagistas”, são “[...] agricultoras familiares, agricultoras sem-terra, garimpeiras, trabalhadoras domésticas, artesãs, enfermeiras, massagistas, estudantes” (Pereira, 2013, p. 150) cuja atuação tem feito com que sejam vistas como mulheres protagonistas na busca de alternativas para gerar renda, na resistência aos longos períodos de seca e nas ausências de muitos membros das famílias, inclusive de seus respectivos maridos, muitos deles inseridos no processo de migrações sazonais.

O contexto do estudo de Pereira (2013) é, portanto, de vulnerabilidade e expropriação, com forte destaque para os estigmas sociais de pobreza e de reprodução da migração forçada, em grande medida devido à “[...] difusão e introjeção de que a origem destas pessoas é fatalista e, portanto, a única saída é migrar”. Porém, no caso dos deslocamentos, o pesquisador destaca a

[...] coragem desses jovens em alçar voos maiores para terras completamente diferentes da sua com o desejo de ser reconhecidos, respeitados e alcançar condições básicas de vida digna, como habitação, ter acesso a determinados bens de consumo, lazer e expressão cultural. (Pereira, 2013, p. 142)

Muitos jovens do Vale do Jequitinhonha que conseguem escapar “de relações de trabalho impostas por empresas e empreiteiros” acabam promovendo, posteriormente, a sobrevivência dos que ficam na terra, no pequeno município rural, através do envio de dinheiro e de artigos como roupas, eletrodomésticos etc.¹¹ Um aspecto

11 O autor destaca também que, além dessas remessas dos trabalhadores migrantes, os recursos do Programa Bolsa Família colaboravam para a melhoria do padrão de habitação das diversas comu-

importante a ser ressaltado é que essas duas formas de protagonismo frente às dificuldades mencionadas na pesquisa

[...] são dois tipos de reações não excludentes entre si. Na verdade, são complementares. Uma que aponta a busca de recursos para a sobrevivência e manutenção do local de origem a partir da migração e envios de remessas em dinheiro e de artigos para a família. Outra que aponta para resistências, organização social, busca de recursos e lutas por reconhecimento na própria região de origem. (Pereira, 2013, p. 149)

Outro aspecto importante a ser enfatizado acerca da luta e da resistência no local de origem é que toda a iniciativa dos grupos e das associações parte de mulheres moradoras dos distintos municípios do Vale do Jequitinhonha, o que, do ponto de vista do pesquisador, gera outros tipos de atuação e organização, muito mais pautados pelas afinidades internas do que por imposições de agentes externos e estranhos à vida das pessoas. As mulheres se orgulham de ver seus produtos (artesanatos em argila, madeira e tecido, por exemplo) serem comercializados em feiras de municípios vizinhos, em capitais de outros estados (Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo) e até em outros países, como Itália e Portugal (Pereira, 2013, p. 152).

Assim, a partir dessa pesquisa, é possível pensar que, em distintos contextos rurais do Vale do Jequitinhonha, as populações vivem com recursos mínimos, mas “[...] expressam enormes potencialidades políticas e culturais no que se refere à elaboração de iniciativas, estratégias e buscas de superação da situação de precariedade socioeconômica na qual se encontram” (Pereira, 2013, p. 141).

Nesse cenário, as iniciativas que promovem o turismo ganham mais quando a população está em sintonia com aquilo que se produz no espaço em que vive. Nas situações de urgências de cariz econômico, a condição vulnerável acaba por ser amenizada quando o reconhecimento e a valorização do saber-fazer local aumentam o sentimento de pertencimento a um dado território e a uma dada cultura. Por mais que não solucionem problemas que são de natureza estrutural, acalentam sonhos e transformam esferas domésticas, transbordando na esfera pública. Parafraseando o autor, quando mulheres do Jequitinhonha garantem o “mínimo vital”, elas abrem as asas para conhecer o mar (Pereira, 2013, p. 161-162).

nidades rurais e bairros periféricos da área urbana (Pereira, 2013, p. 142). O referido programa, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, propõe uma transferência de renda que visa beneficiar famílias em situação de pobreza. Em 2020, juntamente com outros programas sociais, o Bolsa Família foi substituído por um programa denominado Auxílio Brasil por Paulo Guedes, então Ministro da Economia. Em 2021, foi oficialmente extinto por Jair Bolsonaro (Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolsa_Fam%C3%ADlia, acesso em 23 ago. 2024). Com a posse de Luís Inácio Lula da Silva, a partir de 1º de janeiro de 2023, o programa Auxílio Brasil voltou a se chamar Bolsa Família



FINALIZANDO: ALGUMAS PERSISTÊNCIAS NO FENÔMENO DO TURISMO

Neste ensaio, por meio de pesquisas e observações pessoais, refleti sobre experiências variadas de deslocamento, aproximando a antropologia de uma discussão acerca das muitas faces turísticas e mostrando a transversalidade da ideia de vulnerabilidade no turismo, tema que não se esgota aqui. Ao mesmo tempo que o turismo se complexifica, faz-se cada vez mais necessário considerar a dimensão simbólica que perpassa as mobilidades. As discriminações e desigualdades sociais estão na gênese do conceito de vulnerabilidade e presentes no fenômeno do turismo. Cabe, portanto, à “indústria” do turismo considerar com urgência a diversidade dos contextos e das experiências turísticas, levando em conta as relações intersubjetivas para não recair em generalizações (Piscitelli, 2006), e a prerrogativa de que aquelas e aqueles que se movem, inclusive trabalhadoras(es) para prestação de serviços, são sujeitos de direitos.

Algumas temáticas persistem, demandando urgência no aprofundamento de seus estudos. É o caso de abordagens acerca da sexualidade, que têm no setor do turismo um campo sensível para sua análise e estudos. Esse terreno ainda é desafiador para a realização de pesquisas de campo por antropólogas e antropólogos, principalmente na observação participante. Muitos dos estereótipos de gênero discutidos na academia se materializam através de metáforas, romantizações e projeções feitas a partir de experiências turísticas (Graburn, 2009). Questionamentos a respeito do sexo entre turistas masculinos estrangeiros e mulheres (vítimas) e do sexo entre turistas mulheres estrangeiras e homens jovens locais (Piscitelli, 2010) ainda estão no rol dos estudos e aprofundamentos necessários no campo da antropologia e do turismo. Do mesmo modo, a subalternização da mão de obra, especialmente feminina, devido ao não reconhecimento dos direitos trabalhistas e à falta de capacitação profissional das mulheres, segue uma questão premente.

Por fim, ressalto que minha intenção neste texto não foi levar os temas à exaustão. Pretendi avançar na proposição de olhar o conceito de vulnerabilidade como tema transversal ao turismo, observando configurações sociais distintas em que o turista pode se encontrar em uma situação de vulnerabilidade. Como foi visto, tal situação está demarcada, na maior parte das vezes, por representações e discursos alimentados e reimpressos na vida cotidiana das pessoas que se deslocam nos mais variados tempos e espaços.



REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henrique; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias**. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 2004.
- BANDUCCI JR., Álvaro.; BARRETO, Margarita. (org.). Introdução. In: **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papirus, 2001. p. 7-20.
- BANDUCCI JR., Álvaro. Turismo e Antropologia no Brasil: estudo preliminar. In: BANDUCCI JR., Álvaro.; BARRETO, Margarita. (org.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papirus, 2001. p. 21-47.
- CARMO, Renato Miguel do; SIMÕES, José Alberto. (org.). **A produção das mobilidades: redes, espacialidades e trajectos**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. Brasileiro: Cidadão? In: **Pontos e bordados: escritos de história política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- COELHO, Margarida Hatem Pinto; SAKOWSKI, Patrícia Alessandra Morita. Texto para discussão: perfil da mão de obra do turismo no Brasil nas atividades características do turismo e em ocupações. **Texto para Discussão**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 1990. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/td_1938.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.
- DAMATTA, Roberto. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa. In: **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 187-248.
- DE CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 2016.
- DE OLIVEIRA SILVA, Marcella; BANTIM, Natasha; MACIEL COSTA, Maria Angélica. Precarização do trabalho no setor de eventos: um estudo inicial sobre os impactos para os trabalhadores e empresas. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 9, n. 1, p. 1-23, 2020.
- GABRIELLI, Cassiana. Mulheres no mercado turístico brasileiro: reflexões e perspectivas à luz dos estudos de gênero. **Revista Rosa dos Ventos**, v. 13, n. 4, p. 1049-1069, 2021.
- GATTI, Márcio Antonio. **A representação da criança no humor: um estudo sobre tiras cômicas e estereótipos**. 2013. 246f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Tradução de Fanny Wrobel. Revisão Técnica de Gilberto Velho. São Paulo: LTC, 1989, p. 18-41.



GODELIER, Maurice. O Ocidente, espelho partido: uma avaliação parcial da antropologia social, acompanhada de algumas perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 1-18, 1993.

GRABURN, Nelson. Antropologia ou antropologias do turismo? In: GRABURN, Nelson *et al.* (org.). **Turismo e antropologia: novas abordagens**. Campinas: Papirus, 2009, p. 13-52.

GUATARRI, Felix. **As três ecologias**. 20. ed. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e a vida privada. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 18-46.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Partida. In: **Tristes Trópicos**. Tradução de Jorge Constante Pereira. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 11-22.

LOYER, Emmanuelle. **Lévi-Strauss**. Tradução de André Telles. São Paulo: Edições Sesc-SP, 2018.

MACEDO, Elizabeth. A Cultura e a Escola. In: MISKOLCI, Richard (org.). **Marcas da diferença no ensino escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2010, p. 11-44.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Posenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber.; BURSZTYN, Ivan. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. [S. l.]: Ministério do Turismo, 2009, p. 25-45.

MARTINS, José de Souza. As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In: MARTINS, José de Souza (org.). **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 17-54.

MITCHELL, Gregory. Padrinhos gringos: turismo sexual, parentesco queer e as famílias do futuro. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel Nieto (org.). **Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil**. Campinas: Unicamp; PAGU, 2011, p. 31-56. (Coleção Encontros).

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pire. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em debate**, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 29-40, 2011. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/695>. Acesso em: 23 ago. 2024.

MOTT, Luiz; CERQUEIRA, Marcelo. **Causa Mortis: Homofobia. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil**, 2000. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2001.

MOURA, Denise Gomes de. Mobilidade: o percurso do conceito e sua aproximação à comunicação. In: ARAÚJO, Emília Rodrigues *et al.* (ed.). **Viver em/a mobilidade: rumo**



a novas culturas de tempo, espaço e distância. Braga: CECS, 2018, p. 22-35.

MYERS, David G. Preconceito: desgostar dos outros. In: MYERS, David G. **Psicologia Social**. Tradução de Daniel Bueno, Maria Cristina Monteiro e Roberto Cataldo Costa. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014, p. 246-278.

NEVES, Christopher Smith Bignardi. Turismo LGBT: aplicação bibliométrica na pesquisa científica dos Programas de Pós-Graduação em Turismo no Brasil (1997-2019). **Cenário**: revista interdisciplinar em turismo e território, Brasília, v. 9, n. 1, p. 84-103, 2021. DOI:<https://doi.org/10.26512/revistacenario.v9i1.33650>. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/33650>. Acesso em: 9 jun. 2024.

ONFREY, Michel. **Teoria da viagem**: uma poética da geografia. Tradução de Sandra Silva. Lisboa: Quetzal Editores, 2009.

PAIS, José Machado. “Mães de Bragança” e feitiços: enredos luso-brasileiros em torno da sexualidade. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 41, n. 2, p. 9-23, 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/revciensoc/article/view/455>. Acesso em: 24 ago. 2024.

PEREIRA, José Carlos. Dos riachos e tabuleiros ao mar: gênero e reconhecimento numa travessia”. In: SILVA, Vanda Aparecida da; CARMO, Renato Miguel do. **Mundo rural**: mito ou realidade? São Paulo: Annablume, 2013, p. 141-162.

PINA-CABRAL, João de. **Aromas de urze e de lama**: reflexões sobre o gesto etnográfico. *Etnográfica*, Lisboa, v. 11, n. 1, p. 191-212, 2007.

PISCITELLI, Adriana. Gênero, turismo, desigualdades. In: BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo social: diálogos do turismo – uma viagem de inclusão**. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. p. 205-245.

PISCITELLI, Adriana. “Gringas ricas”: viagens sexuais de mulheres europeias no Nordeste do Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 79-115, 2010. Disponível em <https://revistas.usp.br/ra/article/view/27346/29118>. Acesso em: 24 ago. 2024.

PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia de Oliveira.; OLIVAR, José Miguel Nieto (org.). **Gênero, sexo, afetos e dinheiro**: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas: Unicamp; PAGU, 2011, p. 16. (Coleção Encontros).

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 93, p. 31-58, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. Turismo em comunidades rurais: inclusão por atividades não-agrícolas. In: BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Social: diálogos do Turismo – uma viagem de inclusão**. Rio de Janeiro: IBAM, p. 264-293, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a *Gender and Politics of History*. Tradução de Mariza Corrêa. **Cadernos Pagu**, IFCH/Unicamp, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.

SILVA, Adriana Nunan do Nascimento. **Homossexualidade**: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2015.



SILVA, Luís. Impactos do turismo em meio rural. In: SILVA, Vanda Aparecida da; CARMO, Renato Miguel do. **Mundo Rural: mito ou realidade?**. São Paulo: Annablume, 2013. p. 295-313.

SILVA, Vanda Aparecida da. Nos braços de um polvo gentil: burocracia, autoridade, cidadania. **Etnográfica**, Lisboa, v. 13, n. 1, p. 173-193, 2009.

SILVA, Vanda Aparecida da. “Prostituta, brasileira e sucesso na TV”: mídia, gênero e educação. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 18, n. 38, p. 221-238, 2016.

SILVA, Yolanda Flores e. Pobreza, violência e crime: conflitos e impactos sociais do turismo sem responsabilidade social. In: BANDUCCI JR., Álvaro.; BARRETO, Margarita (org.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papirus, 2001, p. 175-193.

SOUZA, Caroline Oliveira de. **Mulheres viajantes: a sororidade no turismo impulsionada pelas redes sociais**. 2021. 74f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

SUDRÉ, Lu. Apologia de Bolsonaro à exploração sexual de brasileiras é repudiada nacionalmente. **Brasil de Fato**, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/30/apologia-de-bolsonaro-a-exploracao-sexual-de-brasileiras-e-repudiada-nacionalmente>. Acesso em: 24 ago. 2024.

SUZUKI, Shin. Por que o “você sabe com quem está falando?” marca tanto o Brasil? Antropólogo e historiadora comentam casos recentes. **G1**, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/20/por-que-o-voce-sabe-com-quem-esta-falando-marca-tanto-o-brasil-antropologo-e-historiadora-comentam-casos-recentes.ghtml>. Acesso em: 24 ago. 2024.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. Tradução de Paulo Eugênio Marcondes de Moura. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel; Sesc, 1999.

VINCKE, John; VAN HEERINGEN, Kees. Summer holiday camps for gay and lesbian young adults: an evaluation of their impact on social support and mental well-being. **Journal of Homosexuality**, v. 47, n. 2, p. 33-46, 2004.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao Paraíso: juventude e política social**. São Paulo: Escuta, 1994.